

O app SouGov permite fazer a comprovação de vida

#### Nascidos neste mês têm até dia 30 para fazer prova de vida

Servidores públicos federais aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis nascidos em novembro têm até o dia 30 deste mês para fazer a prova de vida obrigatória. Quem não fizer terá o pagamento do benefício suspenso.

A prova de vida pode ser feita na Unidade de Gestão de Pessoas do órgão de origem ou na agência bancária em que

o beneficiário recebe o pagamento, mediante apresentação de documento de identificação com foto e CPF.

Também é possível fazer o procedimento pelo aplicativo SouGov.br, disponível para Android e iOS, sendo necessário ter biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou na Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

#### Movimentação financeira

Em alguns casos, a movimentação recente da conta já pode validar a prova de vida de forma automática.

Pessoas sem biometria, com restrições de locomoção ou outras limitações devem procurar a Unidade de Gestão de Pessoas para solicitar

atendimento diferenciado, com possibilidade de visita domiciliar quando necessário.

A reativação de benefícios suspensos, recadastramentos excepcionais e demais situações relacionadas à prova de vida podem ser feitas pelo aplicativo Meu INSS.



MGI poderá usar dados para balizar concursos públicos

### Ministério faz parceria com UnB para gestão de pessoal

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) está intensificando a implementação do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), metodologia desenvolvida em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) que oferece um panorama sobre a necessidade de pessoal na administração pública. Entre 2022 e 2023,

o número de unidades dimensionadas saltou de 150 para 1.825. O DFT faz análises detalhadas de atividades, demandas e cargos existentes, produzindo, a partir desses dados, diagnósticos sobre a quantidade de servidores necessária para atender cada setor, identificar déficits ou excessos de pessoal, além de ajustas funções.

#### Relatório aponta perfis

Esses relatórios mostram ainda o perfil da equipe, a rotatividade, a complexidade das demandas,as áreas que precisam de reforço, as ausências e seus impactos. O trabalho é feito pela unidade de gestão de cada órgão, com apoio do MGI. A pasta destaca também que, com os do-

cumentos produzidos pelo DFT, é possível fazer uma alocação mais adequada de novos servidores. Também é possível levantar as competências necessárias em cada área, de acordo com os resultados entregues, e compará-las com as informações do perfil dos novos agentes.

#### Diagnóstico balizará concursos

O MGI quer utilizar esses diagnósticos para planejar concursos, combinado à sua capacidade de melhorar a alocação dos novos servidores. Para ampliar a capilarização do DFT, o MGI lançou um programa de mentoria em órgão com pedidos de concurso em andamento

para permitir que a ferramenta seja largamente implementada. Até julho foram realizadas mentorias em 4.727 unidades em 114 órgãos, o que contabiliza 41 unidades por órgão. A meta da pasta é que, até dezembro de 2026, o DFT seja implementado em 70 órgãos.

# Confira como a nova tabela do IR mexerá no seu bolso

Segundo a Unafisco, o projeto não corrige a defasagem acumulada, que passa de 170%

Por Martha Imenes

O projeto de lei que isenta de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil por mês e alivia quem recebe até R\$ 7,35 mil mensais, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pelo plenário do Senado nesta quarta-feira (5). O texto agora segue para sanção presidencial. Se sancionado até o final do ano, o PL da redução do IR passa a valer a partir de janeiro de 2026.

Atualmente, é isento do IR quem ganha até dois salários

mínimos (R\$ 3.036 por mês).

O governo calcula que cerca de 25 milhões de brasileiros vão pagar menos impostos, enquanto outros 200 mil contribuintes terão algum aumento na tributação.

De acordo com levantamento da União Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional) com base no projeto de lei 1.087/2025, o benefício varia de acordo com o número de dependentes, criando situações distintas entre famílias com

"A medida beneficia milhões de contribuintes, mas não corrige a defasagem acumulada da tabela, que passa dos 170%, para as faixas intermediárias e superiores", aponta a Unafisco.

Diferentemente de um reajuste da tabela do IR, que gera efeitos em todas as faixas, o modelo aprovado concede um benefício restrito a uma faixa específica de renda, sem alterar as alíquotas ou as faixas superiores. Ou seja, é mais favorável para quem ganha R\$ 5 mil e não tenha dependentes, aponta



A correção da tabela do IR mostra uma situação mais favorável para quem ganha R\$ 5 mil e não nossui denendentes

quem ganh	em ganha até dois salários rendas similares.			o relatório.			possui dependentes		
CONFIRA COMO FICARÁ EM R\$  Salário Bruto N° de Dependentes Deduções Totais (A) Base de Cálculo (B) Imposto atual (C) Fator de Redução Imposto após PL 1087 (D) Economia Mensal (C-D) Economia Anual									
3.500					O O		· ·		
3.500	0	607,2 607,2	2.892,8 2.892,8	39,76 39,76	0	0	39,76 39,76	516,88	
3.500	2	692,59	2.807,41	28,39	0	0	28,39	516,88 369,13	
3.500	3		2.617,82		0	0			
4.000	0	882,18 607,2	3.392,8	14,18 114,76	0	0	14,18 114,76	184,28 1.491,88	
4.000	1	607,2	3.392,8	114,76	0	0	114,76	1.491,88	
4.000	2	752,59	3.247,41	92,95	0	0	92,95	1.208,37	
4.000	3	942,18	3.057,82	64,51	0	0	92,93 64,51	838,67	
5.000	0	607,2	4.392,8	312,89	312,89	0	312,89	4.067,57	
5.000	1	699,19	4.300,81	292,19	312,89	0	292,19	3.798,5	
5.000	2	888,78	4.111,22	249,53	312,89	0	249,53	3.243,95	
5.000	3	1.078,37	3.921,63	206,88	312,89	0	206,88	2.689,4	
5.200	0	607,2	4.592,8	357,89	286,27	71,62	286,27	3.721,46	
5.200	1	727,19	4.472,81	330,89	286,27	44,63	286,27	3.721,46	
5.200	2	916,78	4.283,22	288,23	286,27	1,97	286,27	3.721,46	
5.200	3	1.106,37	4.093,63	245,58	286,27	0	245,58	3.192,5	
5.500	0	607,2	4.892,8	436,79	246,32	190,46	246,32	3.202,19	
5.500	1	769,19	4.730,81	392,24	246,32	145,92	246,32	3.202,19	
5.500	2	958,78	4.541,22	346,28	246,32	99,96	246,32	3.202,19	
5.500	3	1.148,37	4.351,63	303,63	246,32	57,30	246,32	3.202,19	
5.800	0	621,6	5.178,40	515,33	206,38	308,95	206,38	2.682,93	
5.800	1	811,19	4.988,81	463,19	206,38	256,81	206,38	2.682,93	
5.800	2	1.000,78	4.799,22	411,05	206,38	204,67	206,38	2.682,93	
5.800	3	1.190,37	4.609,63	361,68	206,38	155,3	206,38	2.682,93	
6.000	0	649,6	5.350,40	562,63	179,75	382,88	179,75	2.336,75	
6.000	1	839,19	5.160,81	510,49	179,75	330,74	179,75	2.336,75	
6.000	2	1.028,78	4.971,22	458,35	179,75	278,6	179,75	2.336,75	
6.000	3	1.218,37	4.781,63	406,21	179,75	226,46	179,75	2.336,75	
6.500	0	719,6	5.780,40	680,88	113,18	567,7	113,18	1.471,31	
6.500	1	909,19	5.590,81	628,74	113,18	515,56	113,18	1.471,31	
6.500	2	1.098,78	5.401,22	576,6	113,18	463,42	113,18	1.471,31	
6.500	3	1.288,37	5.211,63	524,46	113,18	411,29	113,18	1.471,31	
6.600	0	733,6	5.866,40	704,53	99,86	604,66	99,86	1.298,22	
6.600	1	923,19	5.676,81	652,39	99,86	552,53	99,86	1.298,22	
6.600	2	1.112,78	5.487,22	600,25	99,86	500,39	99,86	1.298,22	
6.600	3	1.302,37	5.297,63	548,11	99,86	448,25	99,86	1.298,22	
6.700	0	747,6	5.952,40	728,18	86,55	641,63	86,55	1.125,13	
6.700	1	937,19	5.762,81	676,04	86,55	589,49	86,55	1.125,13	
6.700	2	1.126,78	5.573,22	623,90	86,55	537,35	86,55	1.125,13	
6.700	3	1.316,37	5.383,63	571,76	86,55	485,22	86,55	1.125,13	
7.000	0	789,6	6.210,40	799,13	46,6	752,52	46,6	605,86	
7.000	1	979,19	6.020,81	746,99	46,6	700,38	46,6	605,86	
7.000	2	1.168,78	5.831,22	694,85	46,6	648,25	46,6	605,86	
7.000	3	1.358,37	5.641,63	642,71	46,6	596,11	46,6	605,86	
7.350	0	838,6	6.511,40	881,90	0	881,90	0	0	
7.350	1	1.028,19	6.321,81	829,76	0	829,76	0	0	
7350	2	121778	6132.22	77763	0	77762	0	0	

## Ministério oferece curso gratuito sobre compensação previdenciária

O Ministério da Previdência Social (MPS) está oferecendo o curso "Introdução à Compensação Previdenciária", que tem como objetivo explicar sobre a base constitucional e legal dessa compensação, além de consolidar o domínio técnico dos servidores que atuam na área. A inscrição é gratuita e deve ser feita em https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1367. Um certificado será emitido ao fim

A capacitação será realizada por meio da Escola Virtual.Gov e terá carga horária de 30 horas. As aulas serão divididas em cinco módulos, na modalidade a distância, e ocorrerão na plataforma Moodle da Escola Virtual. Gov, onde ficarão disponíveis o conteúdo, as atividades avaliativas e o desempenho do aluno.

O curso é voltado especialmente para servidores que trabalham com o sistema de compensação previdenciária, gestores previdenciários e servidores da União, estados e municípios. O MPS lembra porém que todos os interessados nos fundamentos e impactos desse



Doutora Eudócia alertou para a perda de direitos trabalhistas

processo da gestão previdenciária também são bem-vindos.

A pasta adiantou que, em breve, será lançado o curso sequencial "Operacionalização da Compensação Previdenciária".

#### Sustentabilidade

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado vai discutir a sustentabilidade da Previdência Pública e os desafios enfrentados diante das novas formas de trabalho, a exemplo dos entregadores e motoristas de aplicativo.

A autora da iniciativa, sena-

dora Doutora Eudócia, do PL de Alagoas, alertou para a perda de direitos trabalhistas e para os riscos de enfraquecimento do sistema de proteção social.

Segundo a parlamentar, o avanço de práticas como a pejotização, a terceirização irregular e o trabalho por aplicativo tem reduzido a contribuição previdenciária e colocado em risco o financiamento da aposentadoria

de milhões de brasileiros. "Vivemos tempos em que os direitos dos trabalhadores

estão sendo atacados de forma

tindo aposentadorias, pensões e auxílios a trabalhadores formais e informais. Ela afirmou que o debate é essencial para encontrar soluções que preservem o INSS e assegurem as próximas gerações.

sistemática. A precarização do

trabalho assume diversas formas,

todas com o mesmo objetivo:

reduzir custos para empresas e

transferir riscos e responsabili-

dades para os trabalhadores e,

assim, atacando diretamente o

custeio da Previdência Pública",

cia Pública é uma das bases da

seguridade social no País, garan-

Ela destacou que a Previdên-

diz a senadora.

"Como disse o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho: "A desconstrução da proteção trabalhista enfraqueceu instrumentos que, inclusive, são responsáveis por injetar dinheiro na economia, como o décimo terceiro, o FGTS e a própria previdência social. Quem vai pagar a previdência? Quem vai ser responsá-

vel pelas gerações futuras?".